



A PROLIFERAÇÃO DE OPERAÇÕES POLICIAIS ESPETACULOSAS, OS GRAMPOS ILEGAIS E AS ESCUTAS TELEFÔNICAS INVASIVAS TÊM COLOCADO EM CHEQUE O PRÓPRIO STATUS DA NOSSA DEMOCRACIA.



AFINAL DE CONTAS, SOMOS UM ESTADO DE DIREITO OU UM ESTADO POLICIAL?



RELEMBRO COM TRISTEZA A DITADURA MILITAR BRASILEIRA E SEUS ATOS BÁRBAROS. A DITADURA CHILENA E SEUS GESTOS MONSTRUOSOS. A DITADURA ARGENTINA E A SUA PERVERSIDADE. OS GULAGS DA UNIÃO SOVIÉTICA E SEUS CASTIGOS. A GUARDA VERMELHA DE MAO E SUAS MALDADES.



ALGEMAS MIDIÁTICAS A proliferação de operações policiais espetaculosas, as algemas midiáticas, os arapongas sem escrúpulos, os grampos ilegais e as escutas telefônicas invasivas têm colocado em cheque o próprio status da nossa democracia. Afinal de contas, somos um estado de direito ou um estado policial? Esses fatos me trazem à memória muitos e tristes momentos do século XX, quando as liberdades individuais foram deixadas de lado. Relembro a ditadura militar brasileira e seus atos bárbaros. A ditadura chilena e seus gestos monstruosos. A ditadura Argentina e sua perversidade. Os Gulags da União Soviética e seus castigos. A Guarda Vermelha de Mao e suas maldades.

ATOS POLICIAIS E DECISÕES JUDICIAIS É inquestionável que a criminalidade, a violência e a corrupção sejam combatidas. Mas é fundamental que a liberdade e os direitos sejam preservados. É preciso que se observem os limites entre a acusação e a defesa. É preciso saber que entre os atos policiais e as decisões judiciais existe um conjunto de leis que garantem os direitos dos cidadãos e preservam a democracia. É preciso saber também que democracia não é apenas regularidade eleitoral e livre organização de partidos.

DIREITOS BÁSICOS Renascida nos anos 80, a democracia brasileira carrega um passivo de indiferença social calcado na crença de que o bem-estar da sociedade é resultado do crescimento econômico. Um mito que, infelizmente, ainda não se concretizou. Além disso, os segmentos mais desprotegidos da vida social brasileira continuam vulneráveis aos direitos básicos e expostos à brutalidade policial e às ações inescrupulosas de grupos paramilitares. Parte dessa agressão à democracia deve-se ao modo pelo qual lidamos com o passado de tortura e de crueldade física, forças inerentes a um velho Brasil oligárquico, cartorial e antidemocrático que ainda persiste.

PRIVILÉGIO E IMPUNIDADE O jornalista Daniel Piza, em sua coluna no jornal O Estado de São Paulo (7/7/2008) chama a atenção para o fato dos mais pobres identificarem num juiz a própria figura do privilégio "(...) Mais que os políticos, mesmo sendo 'tudo ladrão' para a maioria, os magistrados e delegados é que simbolizam a 'otoridade', a casta que vive numa esfera de impunidade, à base de carteiradas, celas especiais, honorários polpudos, etc, como os coronéis nas histórias de Jorge Amado."

ARAPONGAS No edifício anexo ao Palácio do Planalto, a nova república brasileira carrega ainda um grande contingente de agentes formados no extinto SNI, que cultivava a invasão de privacidade em nome de interesses nacionais. Em artigo publicado no Jornal O Estado de São Paulo (7/7/2008), o doutor em Ciências Políticas do IUPERJ, Renato Lessa, afirma que "(...) arapongas são valiosos nesse magnífico domínio entre governos e os chamados agentes econômicos (...) a prática dos grampos, cuja magnitude é desconhecida criou um patrimônio de informações sobre cidadãos que transita entre o lado formal e o informal do sistema de controle da ordem (...) é de se imaginar a quantidade de dossiês à disposição no vasto mercado de chantage e da intimidação."

HÁBITOS DE PILHAGEM Enquanto isso, nas ruas, a luta por justiça no Brasil está se tornando um mero clamor por punição. Para o professor e advogado Nilo Batista, "(...) existe hoje uma obsessão com a impunidade que criminalizou a vida pública. Temos que encontrar e cultivar modos de solução de conflitos que não passem pelos tribunais e cadeias (...)". Na visão do doutor Renato Lessa, "(...) a cultura policial no País é no mínimo porosa de hábitos de pilhagem e de crueldade que dão partida a uma série de eventos que abrangem a pequena extorsão de infratores como a prática de chacinas e assassinatos justificados por atos de resistência (...) tal experiência de vulnerabilidade afeta o exercício e o próprio sistema de representação."

A VIDA DOS OUTROS Neste cenário turvo, de regras indefinidas, a vida dos outros parece importar muito pouco para os gestores da ordem nacional. Nos cinemas, o magnífico filme do alemão Florian Henckel Von Donnersmarck, *A Vida dos Outros*, aborda a complexidade das relações humanas na Alemanha Oriental, cinco anos antes da queda do muro de Berlim, quando a Stasi – horrenda polícia secreta alemã - tinha 100 mil agentes a seu serviço e 170 mil informantes. Um estado absolutamente policial, à mercê das vontades de autoridades imorais. A vida de cada um de nós não pode ficar à revelia dos humores de agentes públicos de conduta duvidosa. Precisamos de leis claras que nos protejam e nos defendam das injustiças e da violência. Queremos respeito, trabalho digno, educação de qualidade e direitos para cultivar a boa convivência e a cidadania.